

Viva a Liberdade

Os políticos e jornalistas que nos couberam em sorte têm, no mínimo, dois séculos de leituras em atraso. Uma arenga mal plagiada dos compêndios não consegue disfarçar esta realidade: a maioria ainda crê (e tem direito de "opinião") que educar é ensinar a ler, escrever e contar, ou que melhorar as aprendizagens consiste em preparar alunos para fazer (mais) exames. É, pois, urgente e necessário que se disponham a pôr as leituras em dia e a caucioná-las com o tempero da prática. Este procedimento protegê-los-á do verbalismo e da reprodução de asneiras com chancela de cientificidade.

Um debate sobre educação requer dos participantes um conhecimento e uma seriedade que difere em grau da que é exigida numa discussão sobre futebol. Mas no programa Viva a Liberdade (como em anteriores situações) estes requisitos primaram pela ausência. Em substituição, assistimos a uma confrangedora exibição de senso-comum pedagógico, a que só escaparam a Ana e a Leonor.

A primeira, cansada de extemporâneas e irritantes interrupções, já só pedia ao Pacheco que "a deixasse acabar" e retorquia não saber de que pedagogia e de que pedagogos ele tinha estado a falar. Ao que parece, nem ele sabia, porque não deu resposta.

A segunda desistiu do intento de explicar que "a avaliação do ensino não se faz com exames" e deve ter ficado perplexa quando uma das participantes fez a apologia do exame no fim do primeiro ciclo.

Para o Pacheco estava guardado o maior protagonismo. Criticou os alunos por não serem capazes de ultrapassar os limites da mera opinião. Mas ele próprio enferrou desse defeito, tendo sido objecto de riso e acusação por parte dos mesmos alunos: "vocês não percebem nada do que se passa nas escolas!"

O Miguel, por sua vez, evidenciou confusão, não conseguiu distinguir, tal como outros intervenientes, o ensino básico do ensino secundário, referenciou algo inexistente ("primeira classe", "professores primários", por exemplo), teve o que merecia quando perguntou onde tinham os alunos aprendido o (mau) hábito de interromper a discussão: "Foi no Viva a Liberdade! Foi no Parlamento!"

Nas escolas que hoje temos, predominam práticas pedagógicas que, na sua essência, pouco ou nada diferem da Escola do Século XIX. Esta leva, no mínimo, dois séculos de atraso relativamente à produção teórica. Haverá, pois, alguma legitimidade na invocação dos herdeiros de Rousseau, quando as escolas permanecem ancoradas em modelos pré-rousseauianos? Se algum político pretendesse inventar uma qualquer explicação simplista para a "crise da escola", só poderia encontrá-la no conservadorismo das práticas, nunca numa pretensa "não-directividade". Se algum jornalista possuísse conhecimentos, ainda que elementares, sobre o assunto, saberia ser impossível assegurar uma avaliação contínua e sistemática com recurso ao procedimento mais comum nas nossas escolas: o de aplicar dois, três, ou mais testes em cada período. E, por pudor, deixaria de falar do que não sabe.

Muitas das nossas escolas são arquipélagos de professores separados por um mar de medos e frustrações, onde o saber e a bondade de alguns têm assegurado consistência praxeológica em domínios que ultrapassam o do mero adestramento cognitivo. Mas, se estas excepções à regra, a construção de novos edifícios, ou a introdução de novos equipamentos na escola, contribuem para a sua modernização, não logram ocultar a manutenção de obsoletos modelos de ensino. No domínio da prática pedagógica, são sofismáticas quaisquer comparações entre uma escola dita de antigamente e outra dita de hoje. O que as distingue?

Colocada a questão deste modo, fica provada a inutilidade dos exercícios de senso-comum dos políticos e críticos da Educação. Se a fasquia da reflexão não for colocada acima da vulgaridade das opiniões, os debates apenas contribuirão para a confirmação de preconceitos.

José Pacheco (Vila das Aves)